



**Processo nº:** 3.321/2018-e

**Referência:** Despacho nº 149/2018 – Segedam (AA)

**Assunto:** Inexigibilidade de licitação. Exame de minuta de contrato-CAESB

**Ementa:** Exame de minuta de contrato-CAESB- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal- objetivando os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas dependências do TCDF. Boa ordem da minuta. Oitiva do douto Consultor Jurídico.

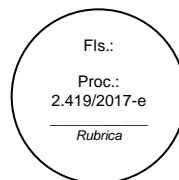
**Objeto:** Minuta de Contrato.

## **N O T A Nº 050/2018-CJP**

Cuidam os autos, nesta oportunidade, das medidas necessárias à nova contratação com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal- CAESB, para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as dependências do Tribunal, tendo em vista o término do Contrato nº 13/2013, previsto para 8/7/2018, que trata da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a impossibilidade de prorrogação desse, pelo atingimento do limite de sessenta meses de vigência na citada data, tornando-se necessário a realização de uma nova contratação com a CAESB por meio de inexigibilidade de licitação, conforme informado pela Serco ao executor do referido contrato ( peça nº 9).

Consoante o Despacho nº 013/2018 – SEMAN (peça 12 – e-doc BC64B13E), o valor estimado para o atendimento das despesas com o fornecimento de água canalizada e coleta de esgotos sanitários nas dependências do TCDF será de **R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais)**, para um período de **30 (trinta meses)**.

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças, por meio da Reserva Orçamentária nº 55/18-SEORC (peça nº 18), de 27 de fevereiro de 2018, informou que o saldo orçamentário atual é suficiente para atender a despesas com contratação de empresa especializada em epígrafe, cujo valor total estimado pela Seman em **R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais)**, para o período solicitado (peça nº 12).



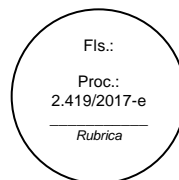
Nessa seara, verifica-se que a CAESB foi contratada para o envio da minuta de contrato, (peça 7 – e-doc 69449E11), a qual encontra-se fundamentada nos artigos 25, caput; art. 57, inc. II e art. 62, §3º, inc. II, da Lei nº 8.666/93, bem como nas demais legislações específicas relativas ao objeto em questão, quais sejam:

- Lei Federal nº 8.987/1995 (dispõe sobre o regime de concessão de permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências);
- Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei nº 4.285/2008 (reestrutura a ADASA, dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências);
- Lei DF nº 442/1993 (Dispõe sobre Classificação de Tarifas dos Serviços de Água e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências);
- Decreto-GDF 26.590/2006 (regulamenta a Lei nº 442/1993).

Por meio do Despacho nº 27/2018 (peça nº 16), o Serviço de Contratos-SERCO, salientou, vejamos:

“É de bom alvitre chamar a atenção para algumas características do contrato encaminhado pela CAESB. Esse instrumento é de adesão, cuja definição é feita pelo art. 54 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) como “aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo”.

A tipologia desse tipo de contrato se enquadra também nos contratos celebrados pela Administração Pública, nos quais predominam as regras de Direito Privado, aplicando-se no que couber o disposto nos art. 55 e 58 a 61 da Lei nº 8.666/93, consoante dispõe o §3º do art. 62 da mencionada Lei, verbis:



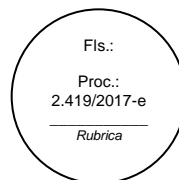
Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço (...) § 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber: I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado; II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público. ”

Entende-se, portanto, que a fixação do prazo inicial de vigência contratual está condicionada, em síntese, ao atendimento do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 3º, da Lei 8.666/1993.

Dentre a documentação comprobatória necessária para assinatura do ajuste foi acostada aos autos (peça nº 14), **com exceção da Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Fazenda do DF e da Certidão de Falência e Recuperação Judicial junto ao TJDF, que deverão ser solicitadas por ocasião da assinatura do contrato.**

Já com relação à minuta trazida à colação para análise, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, estando em consonância com o disposto no art. 62, §3º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Destarte, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Consultoria Jurídica atesta a boa ordem da minuta constante no e-Doc 260CE588 (peça nº 15) e manifesta-se pela viabilidade jurídica da contratação direta pretendida, por



inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso I<sup>1</sup>, da Lei nº 8.666/93, na forma proposta pelas unidades técnicas, observando-se que o Foro de Eleição é o da Justiça Comum do Distrito Federal ou o privativo da Fazenda Pública do DF e não o da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, como consta na Cláusula Décima Quinta da minuta sob análise.

Registre-se, ainda, que, caso aprovada pela Presidência, a despesa deverá ser publicada na imprensa oficial no prazo de 05 dias, como condição para eficácia dos atos, de acordo com o que estabelece o aludido art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

À consideração superior.

Brasília, 05 de março de 2018.

**Ada Livia Costa Carvalho**  
**Assessora**

Ciente.

De acordo.

À SEGEDAM, com as vênias de estilo.

**TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES**  
**Consultor Jurídico**

---

<sup>1</sup>Lei nº 8.666/1993:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

